

GUSTAVO TEPEDINO
JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES

Coordenadores

AUTONOMIA PRIVADA, LIBERDADE EXISTENCIAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS



Resumo de Autonomia Privada, Liberdade existencial e Direitos Fundamentais

SUMÁRIO APRESENTAÇÃO GUSTAVO TEPEDINO, JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES	
..... 19 DOUTRINA ESTRANGEIRA AUTONOMIA E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO FIXAÇÃO CONTRATUAL DOS DIREITOS DO CREDOR. UM OLHAR LUSO-BRASILEIRO ANTÓNIO PINTO MONTEIRO.....	
.....	
.....	
23 1 Apresentação.....	
..... 23 2 Exclusão e limitação convencional da responsabilidade: noção e delimitação.....	
24 3 Regime jurídico.....	
..... 27 3.1 Coordenadas do problema.....	
..... 27 3.2 Regime jurídico geral.....	
..... 30 3.3 Regime jurídico especial.....	
.....	
.....	
30 4 Efeitos	
..... 32 4.1 Em caso de validade	
..... 32 4.2 Em caso de invalidade.....	
..... 32 5 Cláusulas penais: noção e funções.....	
..... 32 5.1 A pena como avaliação convencional do dano – a cláusula de fixação antecipada da indemnização.....	

33 5.1.1 A pena substitui a indemnização.....	
.....	34
5.1.2 O credor não tem de provar o dano	
.....	34
5.1.3 Convenção sobre o dano excedente.....	
.....	36
5.1.4 Redução da pena	
.....	

37 5.2 A pena como sanção – cláusulas penais compulsórias.....	
.....	41
5.2.1 Cláusula penal pura ou exclusivamente compulsória.....	
.....	43
5.2.2 Cláusula penal em sentido estrito ou propriamente dita.....	
43 6 Conclusão	
.....	

45 PRIVATE AUTONOMY AND TESTAMENT'S CONTENT IN THE INHERITANCE RIGHT. THE FALL OF TRADITIONAL BELIEFS IN THE ITALIAN LEGAL SYSTEM VINCENZO BARBA, CARLO D'ORTA	
.....	
47 1 Introduction	
.....	
47 2 The planning of the right of succession of the testator through the categories of the deed between the living and the act of last	
.....	

50 3 Private autonomy in inheritance law	
.....	51
4 The content of the testament and the private autonomy of the testator: the problem of the dissolution clause of the heir.....	
.....	
..	

55 CAPACIDAD JURÍDICA Y SISTEMA DE APOYOS TRAS LA CONVENCIÓN ONU DE LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD INMACULADA VIVAS TESÓN.....	
.....	

..... 59 1 Un decenio de convención ONU en el ordenamiento jurídico español.....

59 2 Dos preceptos clave de la convención: sus arts. 12 y 19

64 3 Capacidad jurídica y sistema de apoyos: nuevas exigencias y nuevas respuestas..... 67 Referencias

.....
.....

73 INCIDENCIA DE LA CONSTITUCIONALIZACIÓN DEL DERECHO PRIVADO EN LA REGULACIÓN DE LA VIDA COTIDIANA DE LAS PERSONAS – EL CASO DEL CÓDIGO CIVIL Y COMERCIAL DE LA NACIÓN ARGENTINA RICARDO LUIS LORENZETTI

.....
.....

77 Introducción.....

..... 77 La tutela de los vulnerables como pre-requisito para alcanzar la igualdad real 78 I Autonomía privada ...

.....
..... 80 Los sistemas de apoyo.....

.....
..... 84 Rol del juez: trato personal y revisiones periódicas.....

.....

85 II Libertad existencial

..... 85 III Derechos fundamentales.....

..... 88 Conclusión.....

.....

..... 90 DOCTRINA NACIONAL AUTONOMIA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E AUTONOMIA PESSOAL DANILO DONEDA, LAURA SCHERTEL MENDES, CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA, NORBERTO NUNO GOMES DE ANDRADE.....

.....
.....

95 Impactos da introdução de IA em mecanismos decisoriais: personalidade, autonomia e riscos de discriminação.....	97
Autonomia, personalidade jurídica e responsabilidade de robôs.....	101
A ética de dados como estrutura analítica e operacional para a compreensão e a aplicação de Inteligência Artificial e algoritmos	
.....	
105 Riscos e desafios éticos da IA	
..... 107 Redução do controle humano.....	
..... 107 Remoção da responsabilidade humana	
..... 108 Desvalorização de competências humanas	
.. 108 Erosão da autodeterminação humana.....	
.....	
108 Facilitação de condutas humanas controversas ou mesmo malévolas	108
Preconceito e (in)justiça.....	
..... 109 Benefícios e oportunidades da IA.....	
..... 109 Cuidados de saúde	
..... 109 Acessibilidade.....	
..... 109 Agricultura e meio ambiente.....	
.....	
110 Transporte	
..... 110 O papel dos quadros éticos corporativos.....	
..... 110 Conclusão	
..... 112 Referências.....	
..... 112 AUTONOMIA EXISTENCIAL O DIREITO À EXISTÊNCIA CIVIL DE PESSOAS INTERSEXUAIS: UM QUESTIONAMENTO DO ESTATUTO	

JURÍDICO DO GÊNERO ANA CARLA HARMATIUK MATOS, ANDRESSA
 REGINA BISSOLOTI DOS
 SANTOS.....

117 1 Introdução 117 2

Questionando o estatuto jurídico do gênero: a (in)existência da pessoa
 intersexual no Direito..... 120 3 A matriz
 heteronormativa perpassa o Direito: o jurídico como espaço de relações
 de dominação

125 4 Estratégias possíveis: o Direito em (trans)formação

..... 128 5 Conclusão .

..... 133 Referências.....

..... 134 AUTONOMIA DAS PESSOAS COM
 TRANSTORNO MENTAL, DIRETIVAS ANTECIPADAS PSIQUIÁTRICAS E
 CONTRATO DE ULISSES EDUARDO ROCHA DIAS, GERALDO
 BEZERRA DA SILVA
 JUNIOR

137 1 Introdução 137 2

Diretivas antecipadas em saúde mental e contrato de
 Ulisses

139 3 Compatibilidade entre as manifestações volitivas do paciente com
 transtorno mental e o Direito brasileiro

145 Conclusões.....

..... 149 Referências

..... 150 PRIVACIDADE E OS
 DESAFIOS DE SUA COMPREENSÃO CONTEMPORÂNEA: DO DIREITO
 DE SER DEIXADO EM PAZ AO DIREITO AO ESQUECIMENTO MARCOS
 EHRHARDT JÚNIOR, BRUNO DE LIMA ACIOLI.....

151 Introdução 151 1 A

.....

privacidade como valor moderno e sua evolução histórica.....	
152 2 As origens do direito à privacidade nos EUA e o direito de ser deixado em paz	
153 3 O direito à privacidade na Europa e no Brasil e a concepção contemporânea de privacidade.....	157
4 O direito ao esquecimento	
.....	160
.....	160
.....	163
.....	
164 A NATUREZA JURÍDICA DA DOAÇÃO COMPARTILHADA DE OÓCITOS EM TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA PAULA MOURA FRANCESCONI DE LEMOS PEREIRA, RAFAELA JARDIM SOTO WALLAUER.....	167
Introdução	
.....	167
1 As técnicas de reprodução humana assistida	
.....	
169 2 Doação voluntária e doação compartilhada de oócitos: um ato de autonomia corporal.....	176
3 A natureza jurídica da doação de gametas femininos e sua gratuidade	180
Considerações finais	
.....	
185 Referências.....	
.....	186
186 DESAFIOS PARA A TUTELA DO DIREITO DE NÃO SABER: CORPO, AUTONOMIA E PRIVACIDADE THAMIS DALSENTER VIVEIROS DE CASTRO.....	
.....	
. 191 Introdução	
.....	191
1 A função promocional da privacidade.....	
.....	

193	2	Expansão da tutela jurídica do corpo e da privacidade	
			196
		3 O direito de não saber.....	
			
	4	Razoabilidade e proporcionalidade: identidade funcional na experiência brasileira.....	
293	5	Os problemas do formalismo e do subjetivismo na legalidade constitucional: o direito como criação permanente	
295	6	Conclusão	
			296
		DIREITO FUNDAMENTAL E EXPRESSÃO RELIGIOSA: ENTRE A LIBERDADE, O PRECONCEITO E A SANÇÃO LUIZ EDSON FACHIN.....	
			
		299 INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PRIVADO: O DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO EM DIÁLOGO COM A CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA.....	
			
309	1	Introdução	
			309
	2	O Direito hoje e as três vertentes dos Direito Civil Constitucional	
314	3	Pressupostos da Crítica Hermenêutica do Direito	
			319
	4	Conclusão ..	
			
			
326		Referências.....	
			326
		NOVAS TECNOLOGIAS PLATAFORMAS DIGITAIS, BIG DATA E RISCOS PARA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE ANA FRAZÃO.....	
			
		333 I Introdução	
			
		333 II As características e funções das plataformas digitais	
			
334	III	A relação simbiótica entre plataformas digitais, big data e big analytics.....	336
	IV	As	

plataformas digitais e os riscos para a privacidade e o controle sobre os dados pessoais

339 V As plataformas digitais e os riscos para a identidade e as opções de vida dos usuários: a caixa-preta dos algoritmos 341 VI As plataformas digitais e os riscos para a própria liberdade: o negócio de influenciar consciências

345 VII Considerações finais

..... 347 Referências.....

..... 348 DA IMPREVISÃO AO EQUILÍBRIO CONTRATUAL ANDERSON SCHREIBER.....

..... 351 1 Théorie de l'imprévision: origem e expansão.....

..... 351 2 A experiência brasileira.....

..... 353 3 A imprevisível imprevisão: a arbitrariedade das decisões judiciais.....

355 4 O necessário deslocamento do foco para o desequilíbrio contratual

..... 361 5 Princípio do equilíbrio contratual: em busca da efetividade.....

..... 365 Referências.....

..... 365 DIREITOS DE AUTOR NA ERA DIGITAL: DESVENDANDO FRONTEIRAS ENTRE TECNOLOGIA E ARTE A PARTIR DE UM CASO CONCRETO FERNANDA NUNES BARBOSA.....

.....

369 1 O caso.....

..... 369 2 O enunciado normativo da Lei de Direitos Autorais: o art. 29 e a vedação à utilização de obra sem a autorização prévia e expressa do autor.....

.....

370 3 A responsabilidade civil e o chamado lucro da intervenção

.....	375	4	Literatura e música: possíveis pontos de contato para a solução do problema concreto
.....	377	5	Conclusão

378 Referências.....	
.....	379 NOVAS
FAMÍLIAS CASAMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
INTELECTUAL E PSÍQUICA ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA,	
JOYCEANE BEZERRA DE	
MENEZES	383 1 A
pessoa com deficiência com aptidão para o exercício de situações	
jurídicas existenciais.....	

383	2	Condições para o exercício do direito de casar.....	
.....	388	3	Regime de bens.....
.....	396	4	Tomada de decisão apoiada e casamento.....
.....	398	Conclusão	
.....	402	Referências.....	

403	O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA EXISTENCIAL DO ADOLESCENTE EM PROCESSO DE HORMONIOTERAPIA EM FACE DA AUTORIDADE PARENTAL ANA PAOLA DE CASTRO E LINS.....
-----	---

405	1	Introdução	405	2
			405	2
		Autonomia existencial do adolescente: de objeto de proteção a sujeito de direitos.....	407	3
		do adolescente.....	407	3
			408	4
		do adolescente nos atos de disposição do próprio corpo: capacidade versus discernimento	408	4

409	5	A hormonioterapia como exercício da autonomia existencial do
-----	---	--

adolescente 412 6 Terapia hormonal no tratamento de disforia de gênero em adolescente: a necessária mitigação da heteronomia estatal

413 7 Conclusão 415 Referências.....

..... 417 DESFILIAÇÃO – A AUTONOMIA PRIVADA COMO FUNDAMENTO PARA A DESCONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO PATERNO-FILIAL ANTÔNIO JORGE PEREIRA JUNIOR, ANA MÔNICA ANSELMO DE AMORIM..... 423 Introdução

423 1 A filiação no Direito brasileiro: tempo de redefinição? 424 2 O dever de cuidado nas relações paterno-filiais: socioafetividade e sociodesafetividade..... 427 3 Desfiliação – A autonomia privada como fundamento para a desconstituição do vínculo paterno-filial.....

428 Conclusão 431 Referências

..... 432 AUTONOMIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA: ALCANCE, EFEITOS E FINS VITOR ALMEIDA.....

..... 435 Introdução: dependência, apoio e tomada de decisões

435 1 A rede de apoios à pessoa com deficiência: fins e transformações

436 2 Tomada de decisão apoiada: função, alcance e efeitos

..... 441 Considerações finais: o protagonismo de sua história.....

447 Referências.....	448
TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO SUCESSÓRIO UMA RELEITURA DO DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PREVISTO NO ART. 1.831 DO CÓDIGO CIVIL ANA LUIZA MAIA NEVARES	451 1
A família como fundamento da sucessão hereditária.....	
451 2 O direito real de habitação previsto no artigo 1.831 do Código Civil	452 3 A
função do direito real de habitação. Imperiosa necessidade de se analisar as condições pessoais de seu beneficiário.	
.....	
..... 454 4 Por que uns e não outros?	
A escolha dos vínculos familiares a serem tutelados	458 5 Conclusão
.....	
..... 460 Referências.....	
.....	
..... 461 AUTONOMIA PRIVADA E FLEXIBILIZAÇÃO DOS PACTOS SUCESSÓRIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO DANIELE CHAVES TEIXEIRA.....	
.....	
.	
463 1 Notas introdutórias.....	
..... 463 2 O direito sucessório brasileiro em descompasso com a sociedade contemporânea	464 3 Autonomia
privada e sua funcionalização	
..... 465 4 A flexibilização dos pactos sucessório	
.....	
470 5 Considerações finais	
..... 477 Referência S.....	
..... 477 CONEXÕES: SUCESSÃO	

E DIREITOS FUNDAMENTAIS EROULTHS CORTIANO JUNIOR.....	
..... 481 1 Delineamentos e premissas: um conceito restrito de	
de sucessão causa	
mortis.....	481 2
Propriedade, autonomia e solidariedade familiar na sucessão causa	
mortis.....	
482 3 A sucessão como direito fundamental.....	
..... 484 4 Herança e	
propriedade.....	
..... 485 5 Autonomia privada e suces	
são.....	
..... 485 6 Solidariedade familiar e sucessão.....	
.....	
..... 486 7 Fecho	
..... 488	
Referências.....	
.....	
488 OS HERDEIROS LEGITIMÁRIOS NO DIREITO CIVIL	
CONTEMPORÂNEO: AMPLIAÇÃO DA LIBERDADE DE TESTAR E	
PROTEÇÃO DOS VULNERÁVEIS GISELDA MARIA FERNANDES	
NOVAES HIRONAKA.....	
..... 491 1 Introdução	
.....	
..... 491 2 As razões pelas quais a proteção da legítima foi criada se	
sustentam ainda hoje, de modo a justificar a permanência desse instituto	
no Direito Civil contemporâneo?	
.....	
.. 492 3 Os princípios da solidariedade e da função social servem como	
motivos modernos para a permanência da proteção da legítima no	
sistema atual?	
..... 496 3.1 Solidariedade e legítima.....	
.....	
.....	
496 3.2 Função social e legítima	
..... 497 Conclusã	

0	499 Referências.....
.....	
.....	500 O NOVO REGIME SUCESSÓRIO DOS
COMPANHEIROS: PRIMEIRAS REFLEXÕES HELOISA HELENA BARBO	
ZA.....	
.....	503 Introdução
.....	
.....	503 1 Regime sucessório do cônjuge a partir de 2002
.....	
504 2 Direitos sucessórios dos companheiros segundo o Código	
Civil	506 3
Aplicação do art. 1.829 do Código Civil aos companheiros: algumas	
questões	508 Considerações
finais	
.....	511 Referências.....
.....	
.....	
512 COLAÇÃO PELO VALOR DO BENEFÍCIO: UMA ANÁLISE	
FUNCIONAL ROSE MELO VENCELAU MEIRELES	
.....	
. 513 1 Introdução	
.....	513 2
Reserva legítima e doação em adiantamento da herança.....	
.....	514 3 O cálculo da
legítima e a colação	
.....	
515 4 Sistema da colação pelo valor da doação ou da abertura da	
sucessão: interseções entre o Código Civil e o Código de Processo Civil	
.....	
.....	518 Conclusão
.....	
.....	520 RISCO E RESPONSABILIDADE FAKE NEWS: COMO
GARANTIR LIBERDADES E CONTER NOTÍCIAS FALSAS NA	
INTERNET?	

CHIARA SPADACCINI DE TEFFÉ, CARLOS AFFONSO PEREIRA DE

SOUZA	525	1	Fake news: identificação e riscos à liberdade de expressão.....
.....	525	2	Liberdade de expressão e dever de veracidade
.....			
533	3		Responsabilidade civil por publicação de conteúdos falsos.....
536			Considerações finais
			542
RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA E A MITIGAÇÃO DA REPARAÇÃO DOS DANOS MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO.....			
.....			
.....	545	1	Introdução
.....			
545	2		A consagração da responsabilidade civil objetiva.....
.....			546
da	reparação	integral	do dano e sua
mitigação.....			
548	4		Conclusão
.....			556
as.....			Referências.....
.....			556
A APLICAÇÃO DO LUCRO DA INTERVENÇÃO (DISGORGEMENT OF PROFITS) NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: UM NOVO DANO NO CAMPO DA RESPONSABILIDADE CIVIL OU UMA CATEGORIA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA?			
MIGUEL KFOURI NETO, RAFAELLA NOGAROLI.....			
.....			559
da	atual	repercussão	dos
sociedade	brasileira		559
profits	nos	sistemas	jurídicos
ao	redor	do	
.....			
561	2.1		Os fundamentos teóricos na aplicação do disgorgement of profits.....
			562
Análise	de	decisões	judiciais
na	common	law	que
aplicaram	o	disgorgement	of
profits			564
			2.3
A			

recepção do instituto do disgorgement of profits no sistema da civil law.....

566 3 A indenização pelos lucros do ofensor no Direito Civil brasileiro 567

3.1 O disgorgement e o instituto do enriquecimento sem causa

572 3.2 A delimitação do objeto da restituição.....

.....

577 3.3 A restituição pelos lucros do ofensor nos tribunais brasileiros.....

578 3.4 O caso Giovanna Antonelli

..... 580 4 Notas conclusivas.....

..... 583 Referências.....

.....

..... 585 A INOVAÇÃO BRASILEIRA DO “MÍNIMO REPARATÓRIO” PENAL E SUA APLICAÇÃO NOS PROCESSOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO NELSON ROSENVALD.....

.....

.....

587 1 Introdução

..... 587 2 A inovação brasileira: “o mínimo indenizatório”.....

..... 588 2.1 O sentido da disposição legal.....

..... 588 2.2 Critérios para a fixação do mínimo reparatório

..... 592 3 A vítima como parte civil

.....

.....

596 4 O projeto do novo CPP.....

..... 600 5 A aplicação do “mínimo indenizatório” na Operação “Lava Jato”

..... 602 6 Conclusão

.....

..... 607 Referências.....

.....

..... 608 RESPONSABILIDADE CIVIL POR
RISCO DA ATIVIDADE: REFLEXÕES E PROPOSTAS A PARTIR DAS
TRAGÉDIAS DE MARIANA E DA BOATE KISS ROMUALDO BAPTISTA
DOS SANTOS

611 Introdução 611 1 Síntese
evolutiva da teoria geral da responsabilidade civil ao longo da
modernidade 611 1.1 A
responsabilidade civil nas dobras da modernidade: da teoria da culpa à
teoria do risco

612 1.2 Desdobramentos da teoria do risco: gerenciamento de riscos e
socialização dos danos 613 1.3 Do
individualismo moderno ao solidarismo contemporâneo: solidariedade
social e igualdade frente aos encargos públicos.....

614 2 Novos tempos, novos danos: danos relacionados ao modo de vida
na sociedade contemporânea..... 615 2.1 O incêndio
da Boate Kiss em Santa Maria, RS 615 2.2 O derramamento de
rejeitos de minérios nas barreiras da Samarco em Mariana/
MG.....

616 2.3 Caracterização desses eventos 617 3
Proposições para atualização do sistema de responsabilidade
civil 618 3.1
Função preventiva e precautória da responsabilidade civil, além da função
ressarcitória

618 3.2 Responsabilidade civil proporcional..... 619 3.3
Afazeres do Estado.....

..... 620 Conclusões.....

.....	621	Referências.....
.....	622	PROTEÇÃO CONTRATUAL E VULNERABILIDADE A OPERATIVIDADE DA CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA
.....		
625	1	Introdução
.....	625	2 Função e estrutura da cláusula resolutiva expressa.....
.....	626	3 Direito potestativo conferido ao credor diante da verificação do suporte fático da cláusula resolutiva expressa
628	4	Resolução extrajudicial da relação obrigacional.....
.....	630	5 Efeitos da resolução da relação obrigacional
.....	634	5.1 Efeito liberatório.....
.....	635	5.2 Efeito restitutivo.....
.....	638	5.3 Efeito ressarcitório.....
641	6	Conclusão
.....		
643		Referências.....
.....	645	A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO COMO FUNDAMENTO DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL: QUANDO OCORRE E QUAIS AS REPERCUSSÕES PRÁTICAS BRUNO TERRA DE MORAES.....
.....	647	1 Introdução
.....		
647	2	O adimplemento substancial associado à função social na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.....
.....	648	3 A teoria do adimplemento substancial

.....	650 4 O adimplemento substancial e a função social do contrato.....
655 5 Conclusão	662 Referências.....
.....	664 PROPRIEDADE IMATERIAL, PESSOA E MERCADO VIVENDO NAS NUENS: DADOS PESSOAIS SÃO OBJETO DE PROPRIEDADE? ROBERTA MAURO MEDINA MAIA.....
.....	669 1 Introdução
.....	669 2 Uma premissa importante
.....	
670 3 De direito absoluto a situação jurídica subjetiva: a propriedade hoje.....	676 4 A vida na lupa: propriedade e dados pessoais
.....	680 5 De onde viemos, onde estamos e para onde vamos: a tutela patrimonial dos dados pessoais.....
688 6 Conclusão	694 Referências.....
.....	695 SUPERENDIVIDAMENTO: POR UM TRATAMENTO COLETIVO DE DÉBITOS DANIEL BUCAR.....
699 1 Introdução	699 2 O Projeto de Lei para a solução do superendividamento
.....	
700 3 O problema da restrição objetiva dos débitos.....	700 4 O problema da restrição subjetiva do devedor.....
.....	705 5 Conclusão

.....	710 Referências.....	
.....	711 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS ADVINDOS DO USO DE BITCOINS NO BRASIL LUCIANA XAVIER, MARÍLIA XAVIER.....	
.....		
713 1 Introdução		
.....	713	2
Aspectos fundamentais do Bitcoin		
.....	714 3 Inovação versus regulamentação: o papel do Direito.....	
.....	717 4 Considerações finais	
.....	721 Referências.....	
.....		
. 722 CONTRIBUTO PARA A DELIMITAÇÃO DOS NOVOS CONTORNOS DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO THIAGO VILLELA JUNQUEIRA		
.....		
725 1 Introdução		
.....	725	2
Exceção de contrato não cumprido: considerações essenciais.....		
726 3 Requisitos e funções da exceção de contrato não cumprido.....		
731 4 Possíveis limites de oponibilidade.....		
.....		
738 5 Notas finais.....		
.....	743 Referências.....	
.....	744 ESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA E NOVAS FUNÇÕES DO CONDOMÍNIO PACTOS COMISSÓRIO E MARCIANO NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS COM ESCOPO DE GARANTIA CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO	
.....		

749 1 Introdução	749	2
Projeções do pacto comissório e do pacto marciano nos negócios jurídicos com escopo de garantia	751	2.1 Na retroven da
..... 751 2.2 No sale and leaseback		
.....		
754 2.3 Na procuração em causa própria.....	758	2.4 Na trajetória trifásica da apreciação do pacto comissório nos Tribunais Superiores.....
..... 761 2.4.1 Primeira fase: o posicionamento do STF no sentido de aplicar a regra proibitiva de pacto comissório aos negócios jurídicos com escopo de garantia.....		
..		
762 2.4.2 Segunda fase: o posicionamento do STF no sentido de restringir a aplicação da regra proibitiva de pacto comissório às garantias reais típicas.....		
..... 764 2.4.3 Terceira fase: a retomada pelo STJ do primeiro posicionamento do STF no sentido de que os negócios jurídicos com escopo de garantia não podem constituir fraude à lei		
769 3 Negócios jurídicos com escopo de garantia, pacto comissório e pacto marciano: paradigmas de interpretação-aplicação.....		
..... 771 Referências.....		
..... 774		
ADMISSIBILIDADE DO PACTO MARCIANO NO DIREITO BRASILEIRO		
PABLO WALDEMAR RENTERIA, DIEGO BRAINER DE SOUZA		
ANDRÉ		
777 1 Introdução	777	2
.....		
Conceito de pacto marciano	780	3 As razões da proibição do pacto comissório.....

.....	782	4	Validade e legitimidade do pacto marciano.....
.....	791	5	Aspectos atinentes ao regime de execução do pacto marciano.....
793	5.1		Aquisição do bem condicionada ao inadimplemento
.....	793	5.2	Determinação do valor justo do bem
.....	794	5.3	Data-base de apuração do valor justo
.....	796	5.4	Cálculo do superfluum.....
.....			
797	6		Conclusão
.....	797		Referências.....
.....	799		SOBRE OS AUTORES....
.....	803		

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)